

Publicado no Diário Catarinense
em 1 de agosto de 2009

Ministros nas TVS

Durante a semana, o Ministro de Minas e Energia apareceu, no horário nobre, em todas as emissoras de televisão aberta para falar do programa luz para todos. A sua aparição resultou de convocação oficial do governo federal para a formação de rede nacional de radiodifusão. Esta é possível, desde que o Ministro a solicite- e ocorra a devida aprovação do Presidente da República. Em um Estado Democrático de Direito é legítima esta imposição oficial sobre a liberdade de radiodifusão? Ora, a exigência da formação da rede de radiodifusão encontra-se em um mero decreto federal. Este dispõe que para a preservação da ordem pública e da segurança nacional ou no interesse da Administração, as TVs poderão ser convocadas para, gratuitamente, formarem ou integrarem redes, visando à divulgação de *assuntos de relevante importância*. O dispositivo é claro: a medida destina-se à divulgação de assuntos de relevante importância. Desde quando a simples exibição dos resultados do programa luz para todos é de relevante interesse público? Não se trata de uma notícia que propicie valiosa informação para todos. A apresentação de números estatísticos não contribuiu para a compreensão do telespectador. Quem já recebeu os benefícios do referido programa oficial evidentemente não precisa da informação. O pronunciamento oficial foi muito mais propagandístico que informativo, o que é, aliás, vedado pela Constituição. Enfim, a exigência em relação às TVs da integração em rede nacional para a transmissão de pronunciamentos oficiais das autoridades públicas é uma medida excepcional e vinculada ao interesse público. Os cidadãos têm o direito à informação adequada e verdadeira dos Ministros e demais autoridades. Mas receber informação é diferente de receber mera propaganda. Entendo que a referida exigência deve ser discutida e controlada pela sociedade e pelo Poder Judiciário, para evitar o cometimento de abusos em detrimento da liberdade de radiodifusão das TVS e da liberdade de receber livremente informações dos telespectadores.